



TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM METRÓPOLES OCIDENTAIS

VIEIRA, Marcos Sardá

Estudante de doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC
marcosarda@gmail.com

GROSSI, Miriam Pillar

Professora Doutora do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC
miriamgrossi@gmail.com

194

RESUMO

Considerando a importância do planejamento urbano, ainda vinculado ao paradigma do século XIX, nas definições políticas e sociais das cidades atuais, este artigo apresenta uma reflexão sobre a constituição da realidade urbana pela materialização de uma performatividade queer. O problema da invisibilidade de novas identidades de gênero e sexualidades predispõe a presença de preconceitos e hostilidades ainda evidentes na esfera pública. Esta situação mantém enredado certas relações de poder e restringe a transformação da realidade a partir das práticas cotidianas de sujeitos e grupos dissidentes, que ocupam fragmentos urbanos, nem sempre associados e seguros. Através de uma abordagem interdisciplinar, esta investigação qualitativa pretende utilizar o método etnográfico estudando metrópoles ocidentais, com a intenção de refletir sobre possíveis qualidades ambientais e interações humanas a partir da performatividade dissidente em territórios públicos e privados.

Palavras-chave: Território dissidente. Metrôpoles. Teoria Queer.

ABSTRACT

Considering the importance of urban planning, still bound to the paradigm of the nineteenth century, in the political and social definitions of current cities, this article focuses on the establishment of urban reality by the materialization of a queer performativity. The problem of invisibility of new gender identities and sexualities predisposes the presence of prejudices and hostilities still evident in the public sphere. This situation keeps certain entangled power relations and restricts the transformation of reality from the everyday practices of individuals and dissident groups that occupy urban fragments, not always associated and safe. Through an interdisciplinary approach, this qualitative research aims to use the ethnographic method studying western metropolis, with the intention of reflecting on possible environmental qualities and human interactions from the dissident performativity in public and private territories.

Key words: Dissident territory. Metropolises. Queer theory



INTRODUÇÃO

A cidade da atualidade passa por transformações importantes onde são questionados seus limites de crescimento, os segmentos sociais, os interesses públicos e seus princípios de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, a cidade é palco de problemas como violência urbana, falta de mobilidade, crescimento populacional e poluição.

Porém, além destas questões de ordem prática, visíveis no contexto urbano, também é necessário problematizar como os estudos sobre gênero e sexualidade, vinculados às ciências humanas, repercutem na compreensão da cidade através das identidades e sexualidades desviantes: travestilidade, transsexualidade, homossexualidade, intersexualidade e culturas sexuais não-hegemônicas, que transformam a compreensão do que é identidade e subvertem as normas socialmente prescritas (pela heterossexualidade) quanto ao comportamento sexual e amoroso.

Considerando uma possível performatividade nos discursos hegemônicos e nas práticas de constituição das cidades tradicionais, semelhante a manutenção das identidades de gênero dominantes, observamos que a cidade atual, enquanto habitat humano, é um artefato ainda preso ao passado. Somos herdeiros dos pressupostos teóricos do século XIX, que consolidaram a cidade industrial e modernista, e ainda não rompemos com estes paradigmas para sair do lugar-comum na constituição das cidades contemporâneas. Até mesmo a ideologia das disputas e críticas, entre técnicos, sociedade e administradores urbanos, permanecem vinculadas a estes contextos (BRESCIANI, 2009). Mas será que existe algum exemplo de rompimento ontológico na fenomenologia da arquitetura e do urbanismo?

A Teoria Queer, em sua reflexão sobre as diferentes formas de incorporação do social, traz um novo posicionamento político, uma nova concepção de existência e corporalidade, questionando as estratégias de legitimação da heterossexualidade através da crítica contra a constituição do binário hetero-homo e da abjeção da homossexualidade, sem problematizar seu próprio status [heterossexual], dado como normal em contraste com a diferença [homossexual] (MISKOLCI, 2011).

Neste caso, até que ponto os “bairros gays” e os estabelecimentos de socialização LGBT, localizados em áreas centrais e visíveis das grandes metrópoles ocidentais, constituem



seus territórios públicos devido a suposta conciliação com os pressupostos heteronormativos? Quem sabe, esta conciliação também se faz pela inserção tênue de representantes do movimento gay dentro do sistema de relações de poder através das fissuras de resistência. Ou ainda, pela normatização da homossexualidade a partir do contexto cultural heteronormativo, excluindo aqueles sujeitos em que o gênero não decorre do sexo e em que as práticas do desejo não decorrem nem do sexo e nem do gênero (BUTLER, 2003).

Problematizando estas relações, qual a possível contribuição destes grupos dissidentes, que rompem com os pressupostos ontológicos da identidade de gênero e sexualidades, para a constituição fundamental do espaço urbano atual? Podemos considerar uma nova epistemologia das teorias urbanas pela maneira como os sujeitos *queers* estabelecem territórios na cidade?

Com a intenção de refletir sobre estas questões, que vinculam a conformação de territórios urbanos por grupos dissidentes, esta proposta de investigação para o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas representa um esforço conceitual na compreensão integrada de um conjunto complexo e particular, que envolve relações de gênero e sexualidade desviantes em territórios de metrópoles ocidentais. Para isso, a metodologia desta investigação qualitativa faz uma abordagem etnográfica relacionada com a avaliação espacial pós-ocupacional, vinculando os métodos de observação participativa com o mapa comportamental. Sua estrutura relaciona conhecimentos interdisciplinares na compreensão das representações e manifestações sociais de sujeitos *queers*, em territórios públicos e privados, considerando que atos performáticos incomuns aproximam a criatividade humana de uma nova experiência de corporalidade.

RELAÇÃO TERRITORIAL TRANSITÓRIA E REFLEXIVIDADE ETNOGRÁFICA

"Devemos buscar a perfeição na criação, na vocação, no amor, no prazer. Mas tudo isso no campo individual. No coletivo, não devemos tentar trazer a felicidade para toda a sociedade. O paraíso não é igual para todos." Mario Vargas Llosa, escritor e jornalista peruano.

A grande complexidade das metrópoles representa o palco dos maiores desafios para a busca de compreensão e conhecimento da sociedade moderno-contemporânea (VELHO, 2009). Segundo Gilberto Velho, nos estudos sobre sociedades complexas, os antropólogos voltam seus



interesses, progressivamente, em investigar sistemas de redes e relações sociais, investigando as favelas, os cultos afro-brasileiros, o carnaval, os grupos desviantes, a classe trabalhadora e processos sociais mais amplos, envolvendo diferentes atores e, até mesmo, o estranhamento daquilo que é familiar. Para Gilberto Velho, neste estranhamento existe uma dificuldade consciente de desnaturalizar noções, impressões, categorias e classificações que constituem uma visão de mundo (VELHO, 2003). A cidade é cheia de detalhes que manifestam diferentes percepções para cada sujeito. Percepções que geram informações, conteúdos e sentimentos. Enfim, complexidades em quantidade suficiente para relativizar qualquer significado específico e gerar relatividade na interpretação dos fatos, pela aparência indefinida dos elementos que compõe seu ambiente dinâmico. Fatores materiais e não-materiais, que tornam-se parte dos hábitos recorrentes na formação diária dos fatos urbanos.

E por mais que pareça contraditório, interagimos neste contexto onde a distância que separa as pessoas é, simultaneamente, o espaço que possibilita o encontro. “Dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento” (VELHO, 1980, p. 16), onde as restrições de nossas vivências estão em proximidade e podem, eventualmente, cruzar com outras experiências plenas de significado quanto a nossa. “Com a pós-modernidade, a distância em relação ao outro tornou-se distância de si mesmo em relação a si mesmo” (DUFOUR, 2001, p. 5), onde a construção social do sujeito é dissociada do coletivo.

Vivemos em um contexto onde a violência e o medo combinam-se em processos sociais para gerar segregação espacial e discriminação social (CALDEIRA, 2000). A polarização da sociedade entre diferentes classes sociais, grupos étnicos e culturais está se acentuando. Com isso, o vínculo entre os tipos de cidadãos, onde os mais ricos estão ligados ao global e à imensa rede de trocas, enquanto na outra ponta do espectro, os mais pobres permanecem em redes fragmentárias, muitas vezes de base étnica, depositando confiança na própria identidade para a defesa incerta de seus interesses comunitários (BAUMAN, 2009). E na tentativa de nos adequarmos as condições deste mundo *desértico*, que torna impossível a comunhão entre os seres humanos e o cosmo (e entre si)¹, e no declínio do encontro entre sujeitos, tendemos a nos

¹ O ser humano não é apenas biológico-cultural. É também espécie e indivíduo, sociedade-indivíduo. O ser humano é de natureza multidimensional, apesar de vivemos nessa disjunção que impõe uma visão mutilada (MORIN, 1996).



sentir cómodos, adaptados, na tentativa de sofrer menos e, ao mesmo tempo, perdendo as virtudes que nos tornam resistentes e motivados (ARENDDT, 2006).

A desconfiança e o medo, presentes na cidade contemporânea, condicionam as interações sociais e separam os contextos marcados pelas diferenças. Ao mesmo tempo, a necessidade humana pela convivência social permite a formação de atividades coletivas e a utilização de ambientes públicos entre diferentes sujeitos e atividades. Mas, qual o equilíbrio entre a desconfiança e a interação de grupos sociais dissidentes para a espacialização de um contexto coletivo mais inclusivo e seguro?

As relações espaciais urbanas, condicionadas pelo medo, potencializam o confinamento de gays, lésbicas, transexuais e travestis em áreas privadas ou em guetos, que servem para manter o controle e o isolamento dos comportamentos indefinidos, diante de uma visão de mundo hegemônica. Esta mesma visão idealizada e restrita, que condiciona grupos, subjugados pelo preconceito e pelo ódio, a desenvolver uma consciência de seu território porque, fora dele, deparam-se com uma hostilidade ainda evidente (TUAN, 2012).

Com a maior visibilidade das vivências LGBT e da Teoria Queer, parece existir uma nova perspectiva para uma compreensão mais ampla das relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea. Apesar do padrão compulsório de dominação masculina e heterossexual reafirmar seus valores simbólicos continuamente - desnaturalizando outras formas de desejo e de orientação sexual, por não estarem vinculadas com a tradição antropológica e à reprodução humana (BOURDIEU, 2012; BUTLER apud SANTOS, 2010, BUTLER, 2003).

Neste contexto, a dominação masculina tornou-se uma evidência que determina a qualidade das relações humanas e urbanas, atribuindo privilégios materiais, culturais e simbólicos aos homens heterossexuais e definindo relações desiguais entre homens e mulheres, avaliadas pelos estudos feministas, e entre heterossexual e homossexual, de acordo com a Teoria Queer (MISKOLCI, 2011). De maneira ampla, a sociedade está inconsciente dos fenômenos simbólicos e comuns na divisão assimétrica dos sexos, entre funções mais nobres para eles e menos valorizadas para elas. Com base na diferença tradicional sobre o gênero, esta



divisão é mantida através de violências físicas e simbólicas, que preservam o estado de dominação masculina (GROSSI, 2010; WELZER-LANG, 2001).

A falta de representação pública dos grupos dissidentes condiciona suas vivências coletivas e pessoais em subterfúgios da vida privada e periférica, ainda que pudessem contribuir com novas referências de convivência na esfera social, desenvolvendo a inteligência espacial e a noção de comunidade.

“A ausência de esfera pública que identifique o contexto dos lugares de circulação dos sujeitos *queers* compromete suas relações nas distâncias sociais e públicas, impedindo a formação de espaço positivo, transitório e aglutinador para estes sujeitos, além de comprometer outros sentidos de características *proxêmicas* para o desenvolvimento das relações interpessoais e de inserções coletivas” (VIEIRA, 2013, p. 11).

“Atualmente, nas cidades ocidentais contemporâneas, é profundamente hegemônica uma visão que deixa grande parte da população fora dos benefícios que o espaço urbano poderia representar” (CORTÉS, 2008, p. 8)². Em boa parte, isso acontece porque os meios de produção do espaço urbano influenciam diretamente na manutenção do medo. Reduzir riscos e garantir segurança nas metrópoles são serviços já prestados por empresas e instituições, que lucram com a insegurança e realçam ainda mais esta sensação quando abarcam com os efeitos do medo sem afetar suas causas (BAUMAN, 2009). Por este motivo, a idealização do espaço seguro está no âmbito da propriedade privada. Neste espaço interno, de particularidades, os sujeitos colecionam bens e objetos materiais para compensar seus desejos e carências devido ao afastamento das relações sociais no espaço público exterior. Ao mesmo tempo em que as áreas livres públicas são mantidas sob o domínio representativo da heteronormatividade, caracterizando o ostracismo, a violência e a neutralidade, na busca sem fim pela representação ideal da masculinidade (MACHADO, 2007).

“A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do *habitar*” (LEFEBVRE, 1999, p. 53).

² Tradução dos autores.



Quando o espaço público apresenta alta qualidade configuracional, torna-se possível promover o bem estar social, melhorar as relações coletivas e apaziguar conflitos latentes, devido ao reconhecimento de diferenças de comportamento e de identidades desviantes em áreas urbanas a serem compartilhadas (GEHL, 2013). Porém, no contexto das metrópoles ocidentais, ainda predominam as fronteiras sociais para a distinção das diferenças, seja pelo poder aquisitivo, por valores culturais, pelo nível educacional, por grupos étnicos, pela identidade de gênero e sexualidade, que desconectam a convivência coletiva das verdadeiras vocações sociais (BAUMAN, 2009; PARK, 1979).

A formação dos guetos está dentro desta concepção antagônica de proteção e controle, que depende do olhar do sujeito e do seu envolvimento simbólico, entre aquele que diverge com a identidade hegemônica e o outro, que delimita uma fronteira para isolar o comportamento estranho, com base na classificação do contexto dominante.

Para França (2007) o gueto é visto como uma referência transponível a partir do qual os sujeitos participantes podem extrapolar sua inserção social envolvidos em uma rede mais ampla de território e relacionamentos. Com entendimento complementar, Wacquant (2004) considera que o gueto está relacionado com as relações de poder exercidas sobre os grupos minoritários, definindo segregação espacial para facilitar o controle sobre determinado grupo social.

O gueto *gay* apresentado por LEVINE (1998) refere-se ao espaço urbano delimitado, que aproxima deliberadamente os estabelecimentos comerciais, as moradias e as áreas de convivência pública, normalmente, frequentados pelo público homossexual. Possibilitando o reconhecimento e as relações sociais na dimensão pública, Machado & Prado (2005, p. 49) acrescentam outra compreensão a partir da comunidade homossexual e que poderíamos estender a outras identidades sexuais:

“O gueto possui uma importante função política dentro da comunidade homossexual, uma vez que esse segmento não encontra em seus grupos primários de pertença elementos favoráveis à constituição de uma identidade homossexual (...). É então nesse meio que os homossexuais ensaiam possibilidades de construções da identidade homossexual, talvez menos marginalizadas.”

Nas metrópoles contemporâneas ocidentais, apresentadas pelo turismo e pelo mercado de especulação imobiliária, a configuração do gueto *gay* apresenta uma aparente comunhão



quando inseridas em áreas urbanas estratégicas. Nestes territórios dinâmicos, onde emergem diferentes identidades de gênero e sexualidades, existe o propósito de dar expressão aos assuntos de interesse desta comunidade. Principalmente, quando torna-se possível sua exploração como espaço de consumo (VIEIRA, 2013; CORTÉS, 2008) “definindo o lucro ou o retorno financeiro como objetivo de qualquer atuação no tecido urbano, seja da parte de iniciativas urbanísticas ou de realizações arquitetônicas” (BRESCIANI, 2010, p. 23). Entre tantas experiências específicas vividas na escala local, “o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história” (PARK, 1979, p. 34).

Na realidade de muitas cidades contemporâneas, estas relações espaciais de vizinhança, entre sujeitos *queers* e territórios dissidentes estão localizadas em áreas centrais da cidade e integradas na malha urbana, usufruindo de mobilidade espacial e funções sociais para atender as necessidades vocacionais de uma diversidade maior de sujeitos e interesses especulativos. Em cidades como Barcelona, Buenos Aires e São Paulo, muitas vezes, a presença da diversidade humana é majoritária na ocupação dos espaços privados, onde concentram-se comércios, serviços e residências, que congregam territórios *queers* ainda pouco representado na esfera pública adjacente. Em um contexto mais estabelecido, em cidades como Madrid, Londres, Amsterdã e Montreal, por exemplo, a conformação destes territórios, de sujeitos *estranhos*, está mais vinculada com a cidade, inclusive pelas áreas livres públicas, dando continuidade em seus processos históricos de representação social e referência urbana.

A maioria da população urbana de hoje mora em cidades com menos de 1 milhão de habitantes. E o crescimento exponencial das cidades torna possível o surgimento de megalópoles globais, com mais de 10 milhões de habitantes (KUNZIG, 2013), ampliando a possibilidade dos encontros e a presença solitária no meio da multidão. A concepção de nossa sociedade individualista mantém a falsa ilusão da seguridade, da autonomia, do conforto gerado pelo sistema urbano, ao mesmo tempo em que afasta o senso crítico para os acontecimentos que influenciam massivamente os estilos de vida, sem ousadias e idealizações, em um futuro inócuo para os pensamentos mutáveis.



Porém, qual o ponto de equilíbrio para a configuração simultânea de territórios dissidentes dentro de cidades onde a heteronormatividade define regras e representações? Será que estes territórios *queers*, dentro das metrópoles ocidentais contemporâneas, representam o domínio de uma nova representação de masculinidade mantida por sujeitos homossexuais e transexuais?³

O que caracteriza o espaço físico destas áreas de vizinhança entre grupos dissidentes e que possa contribuir para as relações sociais na produção de espaços públicos mais tolerantes e inclusivos com as diferenças de gênero e sexualidade? Existem territórios dissidentes fragmentados e excluídos do contexto dos guetos *gays*? Quais os discursos e as vivências arquitetônicas dos sujeitos que representam (e são representados por) este contexto urbano particular? Estarão estes sujeitos mais vinculados ao espaço privativo?

A indefinição destes possíveis territórios gera desconforto para aqueles que vivem na convenção da cidade. “A clareza cognitiva [classificatória] é uma reflexão, um equivalente intelectual da certeza comportamental. Ocorrem e desaparecem juntas” (BAUMAN, 1999, p. 65). A percepção do estranho como um problema hermenêutico, classificado como indefinível, pode ser convertida como um conhecimento que falta, existindo possibilidade para se alcançar a certeza, pela compreensão de um mundo diferente. Porém, quando os estranhos são percebidos como monstros inclassificáveis, tornam-se uma ameaça à ordem do mundo (BAUMAN, 1999). Neste caso, existe uma expectativa social pela permanência transitória e temporária das representações sociais desviantes na configuração do espaço público? Ou estas identidades desviantes, encarnadas por sujeitos inclassificáveis, configuram uma performance de apropriação itinerante e adaptável na constituição do território urbano?

Na reflexão sobre estes questionamentos, consideramos a seguinte **hipótese** de investigação: a configuração física e espacial destes territórios dissidentes (guetos *gays* e ambientes *queers*), nas metrópoles ocidentais, é transitória e não representativa para a identidade de gênero e sexualidade desviantes. Uma vez que, o surgimento da “androginia indiferenciada” (WELZER-LANG, 2001, p. 472) não prevê um modelo único e classificável e,

³ As relações de poder costumam ser exercidas “por meio do reconhecimento e aceitação de símbolos de legitimidade” (TUAN, 2012, p. 210).



ainda, por inexistência de “uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 98), acredita-se que a configuração espacial e as vivências dos sujeitos *queers* tendem para a diversidade de vocações e comportamentos inesperados, na apropriação destes territórios urbanos a partir das identidades de gênero e sexualidade *inclassificáveis*, segundo Bauman (1999).

“É necessário reinterpretar e reestruturar o espaço construído, e mais que da cidade, temos que começar a falar das diferentes ‘cidades’ que existem em cada uma delas, distintas segundo as diferenças econômicas, sociais, culturais, sexuais, das pessoas que as habitam” (CORTÉS, 2008, p. 6)⁴.

Conduzindo o percurso desta pesquisa interdisciplinar, o **objetivo** é analisar a peculiaridade na configuração do ambiente público e privado em territórios de vizinhança *queer*, inseridas em metrópoles ocidentais [Europa, Canadá e América do Sul], na relação com as vivências e apropriações espaciais das identidades de gênero e sexualidade [ainda] *inclassificáveis* para o contexto heteronormativo.

A estratégia de investigação desta pesquisa é qualitativa, como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, P. 26).

Considerando a complexa relação do comportamento e das vivências do público LGBT com o ambiente urbano, consideramos alguns questionamentos apresentados por Welzer-Lang (2001, p. 472) para auxiliar nos **procedimentos metodológicos**:

“Como analisar essas transformações, essas flutuações, essas aparentes transgressões de modelo? Quais utensílios teóricos utilizar para saber o que nessas evoluções corresponde a verdadeiras mudanças, ou o que revela transformações cosméticas, na verdade formas de recuperação de um poder macho, heteronormatizado ou não, contestado pelas feministas?”

Na inserção destas transgressões junto ao espaço urbano e arquitetônico, como analisar os arranjos e as dimensões espaciais na configuração de um ambiente particular?

⁴ Tradução dos autores.



Normalmente, os estilos de vida na cidade representam a soma de várias atividades e necessidades e geram padrões espaciais na definição de formas, objetos e ambientes materiais, que mantêm o valor simbólico das atividades que lhe deram origem.

“Os estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. Na maioria dos casos, chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo, incluindo sua atitude em relação ao mundo, somente por meio da evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem” (TUAN, 2012, p. 239).

Para captar a riqueza destas relações ambientais é necessário alcançar um nível de integração interdisciplinar (LEIS, 2011), vinculando a investigação entre métodos de análise das ciências sociais aplicadas e das ciências humanas, tornando mais completa a relação entre os aspectos físicos e simbólicos.

A definição das áreas urbanas a serem analisadas procura contemplar diferenças geográficas e culturais, selecionando grandes cidades ocidentais, onde a unidade de vizinhança dos estabelecimentos LGBT e a presença dos sujeitos representativos seja um fato concreto, presente na malha urbana. Espera-se selecionar metrópoles [ainda indefinidas] que possam colaborar efetivamente com os objetivos desta pesquisa, apresentando qualidades peculiares na conformação do ambiente urbano e central, assim como, pela presença de sujeitos diversos quanto a identidade de gênero e sexualidade.

“A arquitetura cria os lugares onde se desenvolvem nossa existência cotidiana, estabelece uma ordem e origina umas fronteiras, que conduzem a construção de um mundo determinado e a maneira como o vemos. Deste modo, ajudam-se a construir e reproduzir as relações de poder, a refletir as identidades, as diferenças e as lutas de sexos, raças, culturas, idades ou classes sociais” (CORTÉS, 2008, p. 8)⁵.

A abordagem da pesquisa é Etnográfica, identificando a experiência destes territórios de vizinhança, construindo laços de pertencimento, relações sociais e rotinas diárias, dentro de um cenário específico marcado pelo encontro entre as pessoas. O procedimento de investigação pretende acompanhar a experiência urbana de sujeitos pertencentes a cada localidade a ser analisada. Espera-se obter o tempo de acompanhamento suficiente para contextualizar realidades a serem vividas pela observação do ambiente e pelas entrevistas (CRESWELL, 2010;

⁵ Tradução dos autores.



GUERRA, 2006). Será necessária uma postura de estranhamento para compreender ações e comportamentos não esperados, em situações de co-presença junto a estrutura dos espaços livres e arquitetônicos, principalmente, nos lugares que permitem maior diversidade de interesses humanos (GUIMARÃES, 2007).

Com base no método etnográfico serão levantadas hipóteses a serem investigadas na pesquisa de campo, onde são feitas observações para, em seguida, permitir que o pesquisador defina suas generalizações a partir da análise das diferenças encontradas entre os sujeitos de pesquisa. Assim, evita-se encarar o universo da investigação de forma homogênea, ou mesmo, trazendo considerações que vêm a reboque das hipóteses teóricas e que tornam os informantes representativos de antemão. Neste caso, para que o pesquisador possa tirar qualquer conclusão de sua pesquisa de campo é necessário “situar seus sujeitos em um contexto histórico e social” (FONSECA, 1998, p. 4). Apenas depois desse movimento de interpretação, resgatando as sutilezas da análise social, indo do particular para o geral, é possível criar um relato etnográfico. Outro aspecto importante para classificar o trabalho etnográfico está na noção de *reflexividade*, que torna a subjetividade do pesquisador um componente essencial da análise. Isolar a investigação das relações sociais e o sujeito do seu grupo social são tendências a serem evitadas na pesquisa. Justamente, por este caráter subjetivo e aberto que o método etnográfico define um novo paradigma para o pensamento científico contemporâneo, exigindo uma reflexão interdisciplinar.

Para a obtenção de dados relacionados aos ambientes público e privado, serão utilizados os seguintes métodos de análise: (a) observação incorporada, que permite ao investigador redirecionar suas capacidades de percepção e pensamento para explorar com atenção as relações do ambiente que está sendo observado. Os dados são apresentados a partir do relato do observador e de sua interpretação particular e seletiva sobre o ambiente; (b) mapa comportamental para o registro de informações observadas sobre o comportamento das pessoas em um determinado ambiente, facilitando o processo de sistematizar, mapear e ilustrar as relações de uso em um método de avaliação pós-ocupação, gerando dados qualitativos (RHEINGANTZ et al, 2009). Porém, mais do que o levantamento físico concreto, espera-se identificar a “construção simbólica” (BOURDIEU, 2012, p. 33) a partir da experiência do sujeito no lugar. “La imagen que cada uno tiene de la ciudad es una especie de mapa y es éste



mapa el que se habita, no la construcción física específica que organiza los espacios y edificios” (CORTÉS, 2008, p. 10).

Na abordagem sobre os fatores humanos, analisando as vivências, subjetividades e apropriações cotidianas, serão feitas (c) entrevistas para a coleta e interpretação dos dados, analisando o discurso dos sujeitos na percepção dos ambientes com o quais estão interagindo (STAKE, 2011; RHEINGANTZ et al, 2009).

Através de dados secundários, será feita a revisão de literatura para apresentar evidências de conteúdos teóricos e das publicações na formação de uma base conceitual e interdisciplinar (STAKE, 2011). Com esta base conceitual será feita a discussão teórica permeada pelas considerações da análise dos dados primários, na abordagem etnográfica e pós-ocupacional.

Esta pesquisa torna-se relevante por abordar conhecimentos interdisciplinares sobre a materialidade do espaço físico e urbano e a imaterialidade da cultura, dos desejos e percursos humanos na cidade, tendo como foco a compreensão das relações de gênero e sexualidade vivenciadas nestes ambientes urbanos incomuns.

“Trata-se de um movimento dialético de apreensão das diferenças em uma totalidade que não as anula, mas que as potencializa e eleva para outro patamar” (LEIS, 2011, p. 109). Uma tensão permanente e criativa dos conceitos e teorias, preenchendo possíveis vazios deixados pelas disciplinas especializadas e contradizendo os marcos epistemológicos consagrados.

Estudos que analisam a configuração do espaço urbano, nas Ciências Sociais Aplicadas, apresentam pouca vinculação interdisciplinar com as Ciências Humanas, em áreas de conhecimento da antropologia urbana, sociologia e filosofia, seguindo abordagens estanques na dimensão empírica para compreender o fato concreto urbano.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende relacionar fatores espaciais e humanos para compreender as representações dissidentes de gênero e sexualidade, contextualizadas em territórios de metrópoles ocidentais, e refletir sobre possíveis qualidades ambientais no encaminhamento futuro da convivência social urbana.



REFERÊNCIAS

- a) ARENDT, Hannah. O Deserto e os Oásis. Trad. Portuguesa. Buenos Aires, *La Nación*, Suplemento Cultura, 2006.
- b) BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- c) BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- d) BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- e) BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- f) BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e Urbanismo: uma possível análise historiográfica*. Politéia (UESB). v. 9, nº 1. Vitória da Conquista, 2009, p. 21-50.
- g) CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- h) CORTÉS, José Miguel G. *Cartografias Dissidentes*. Barcelona: [s.n.], 2008.
- i) CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- j) DUFOUR, Dany-Robert. *Os Extravios do Indivíduo-Sujeito*. Trad. Portuguesa. Le Monde Diplomatique. Paris, fec. 2001.
- k) FRANÇA, Isadora Lins. *Sobre “Guetos” e “Rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo*. Campinas: Cadernos Pagu, 28/2007, p. 227-255. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/11.pdf>> Acesso em: Jan/2014.
- l) FONSECA, Claudia. *Quando Cada Caso Não é um Caso*. XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambú, 1998. Disponível em <http://uaiinformatica.net/luciana/textos-para-cursos/2_cada_caso_nao_e_um_caso.pdf> consultado em junho de 2014.
- m) FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- n) GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- o) GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Sexualidade e Reprodução. In: MARTINS, Carlos Benedito de; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Orgs.) *Horizontes das Ciências no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 293-340.



- p) GUERRA, Isabel Carvalho. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. 1ª Ed. Estoril: Princípia, 2006.
- q) GUIMARÃES, Ana Lúcia Santos Verdasca. *Design, Sociedade e cultura: significados dos arranjos espaciais e dos objetos em interiores domésticos*. Tese. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2007.
- r) LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- s) LEIS, Hector Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI Jr., Arlindo. SILVA NETO, Antônio J. (editores). *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Barueri, SP: Editora Manole, 2011, p. 106-122.
- t) LEVINE, Martin P. *Gay Macho: the life and death of homosexual clone*. In: Base de dados Google Livros. New York: New York University Press, 1998.
- u) MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, 2007
- v) MACHADO, Frederico Viana. PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Movimentos Homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. Interações*. Vol. X, nº 19. 2005.
- w) MISKOLCI, Richard. *Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer*. (p.47-68). In: SOUZA, Francisco de (org.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf>. Acesso em: jul. 2014.
- x) MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (org.) *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-289.
- y) PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 29-72.
- z) RHEINGANTZ, Paulo Afonso. AZEVEDO, Giselle Arteiro. BRASILEIRO, Alice. ALCANTRA, Denise de. QUEIROZ, Mônica. *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009.



- aa) SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *O Design Pop no Brasil dos Anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista Casa & Jardim*. Tese. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2010.
- bb) STAKE, Robert E. *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- cc) TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.
- dd) VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas*. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 59, 2009, p. 11-18. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a02.pdf>> consultado em maio de 2014.
- ee) VELHO, Gilberto. O Desafio da Proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. 2003, p. 11-19.
- ff) VELHO, Gilberto. O Antropólogo Pesquisando em sua Cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, G. *O Desafio da Cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 13-21.
- gg) VIEIRA, M. S. *Áreas Livres Públicas e Diversidade Humana*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013.
- hh) WACQUANT, Loïc. *Que é Gueto?* Construindo um conceito sociológico. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 23/2004, p. 155-164. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24629.pdf>> Acesso em: Dez/2013.
- ii) WELZER-LANG, Daniel. *A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, ano 9, 2/2001, p. 460-482.